

RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS NO COMBATE AO RACISMO

Lima, Ivan Costa¹
Leite, Letícia Bezerra²

RESUMO

O projeto de pesquisa objetiva compreender a atuação dos educadores/as que atuam na educação infantil, no sentido de como esses profissionais lidam com o tema das relações raciais, considerando-se como esta área tem ou não atuado na promoção de práticas pedagógicas que contribuam na efetivação da legislação sobre história e cultura afro-brasileira e africana. Busca-se a compreensão da existência ou não de uma formação específica que possibilite a construção da identidade das crianças ao longo do processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, a pesquisa metodologicamente fará uma revisão bibliográfica sobre o tema, e a partir de abordagem qualitativa de estudo de caso pretende-se a observação, registro de campo e entrevistas semiestruturadas com educadores/as, que possa levar a compreensão de possibilidades pedagógicas ou não no combate ao racismo. Espera-se com o estudo contribuir para problematizar as relações raciais nessa etapa da educação básica, de forma a que a educação infantil reflita seu papel social de atendimento às crianças e seu pertencimento racial.

Palavras-chave: educação infantil; relações raciais; práticas pedagógicas; racismo.

Universidade da integração internacional da lusofonia afro-brasileira, Instituto de Humanidades, Docente, ivanlima@unilab.edu.br¹
Universidade da integração internacional da lusofonia afro-brasileira, Instituto de Humanidades, Discente, bezerra.leticia@aluno.ifsp.edu.br²

INTRODUÇÃO

O estudo busca compreender como os/as educadores/as da Educação Infantil trabalham ou não a história e a cultura afro-brasileira e africana nas escolas do Maciço de Baturité, em especial nas cidades de Redenção e Acarape, onde estão instalados os campi da Unilab. Para alcançar este objetivo mais geral, pretende-se discutir que elementos na prática pedagógica são ou não percebidos como racistas no cotidiano da Educação Infantil. Assim como, problematizar se existe uma ausência sobre o debate racial e, até que ponto, isto compromete ou não a aprendizagem dos alunos/as desta modalidade de ensino e, conseqüentemente, o ensino por parte dos professores/as. Sobre isto o estudo deve contribuir na compreensão se os educadores/as da Educação Infantil tem ou tiveram uma formação inicial ou continuada para trabalhar com a diversidade racial na prática pedagógica e o conhecimento na aplicabilidade da lei 10.639/2003 em sala de aula na Educação Infantil.

METODOLOGIA

A pesquisa se situa dentro da perspectiva qualitativa, na utilização no primeiro momento da pesquisa bibliográfica e documental, no sentido de constituir um acervo do que foi produzido dentro e fora da academia sobre as relações raciais na educação infantil, que possa ser disponibilizado para a formação de educadores/as. Por outro lado, entendemos tratar-se de um estudo de caso, tendo em vista se tratar de uma situação, um evento, um programa ou um fenômeno em particular. O caso em si é importante pelo que revela sobre o fenômeno e pelo que possa representar (ESTEBAN, 2010, p. 8). Com a persistência do estado pandêmico e as mudanças no calendário escolar, optamos por construir um questionário como possibilidade de ter os dados necessários sobre o tema em tela. Assim, voltamos nosso olhar para as escolas do Maciço de Baturité, com ênfase em escolas de Redenção e Acarape, duas cidades do interior do Ceará. A escolha das cidades deu-se pensando na possibilidade dos impactos que uma universidade como a UNILAB em uma cidade interiorana poderia trazer para o meio escolar das crianças nos anos iniciais. Queremos alcançar uma maior compreensão desse campo específico de conhecimento, assim, teremos como procedimento múltiplas triangulações para relacionar os dados compilados com a literatura e a realidade vivida. Conforme discutido anteriormente, por conta do calendário acadêmico e da emergência ainda da pandemia de covid, para colhermos os dados sobre o estudo, ao invés de entrevistas semiestruturadas, foi priorizado a elaboração de um questionário contendo 10 perguntas de múltiplas escolhas. O conteúdo das questões vai da formação inicial e continuada até as possibilidades de práticas desenvolvidas ou não pelos educadores/as da educação infantil, nas cidades de Redenção e Acarape. Porém, para a realização deste instrumento de pesquisa, tomamos como referência além das leituras, uma componente curricular dentro do curso de pedagogia da Unilab, Filosofia da ancestralidade e educação. O debate se deu com os estudantes matriculados, sendo que alguns já atuam como professores/as na educação pública e privada, no sentido de indicar as questões que poderiam ser trazidas para a enquête junto aos educadores/as da região. Para tanto, utilizamos o vídeo “Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil”, realizado pelo canal Salto para o Futuro, em 2015. O conteúdo do vídeo traz entrevistas com três educadoras e conta com a participação de professores/as de todo o Brasil sobre o este tema, indagando sobre as possibilidades de ações e políticas voltadas para esta modalidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Educação Infantil e Relações Raciais: Dimensões Teóricas

A Educação Infantil no Brasil é considerada, a partir da Constituição Federal de 1988, como um direito trazendo pela primeira vez tal expressão para designar o atendimento em creche e pré-escola, e estabelece a garantia constitucional do dever do Estado com benefício das mães a esse atendimento com condições de aprendizagem e cuidado como direito de todas as crianças. Com isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional amplia ainda mais esta esfera, ao assumir que a Educação Infantil oferecida em creches e pré-escolas é parte integrante da educação básica, compreendida como a primeira etapa do processo de formação das crianças. Apesar da emergência desta legislação nacional, apenas nos anos 2000, que teremos uma maior preocupação com a diversidade racial no interior desta modalidade de ensino. Com o advento da lei 10639/2003 que trata da história e cultura africana e afro-brasileira na educação pública e privada, alcançando o ato de cuidar e educar de crianças em suas dimensões sociais, familiares e culturais. (BRASIL, 2004).

Assim, um número significativo de pesquisas sobre relações raciais aponta existir problemas de relacionamento da criança negra no espaço escolar ocasionados pelo seu pertencimento racial. Em especial, relacionado aos aspectos físicos por não atenderem determinados padrões. Isso, gera conforme discute Oliveira (2005, p. 54): “[...] uma relação conflituosa entre colegas e professores e, muitas vezes, nociva para os que acabam sendo rejeitados por seus atributos físicos. Tais fatos podem ser observados desde a educação infantil, a partir de pesquisas realizadas com crianças de 4 a 6 anos de idade”. Isto nos remete ao debate sobre o racismo existente na sociedade e que perpassa todos os espaços educativos, já que ele pode ser descrito como a hierarquização de pessoas, baseada em características fenotípicas, justificando-se assim uma suposta superioridade de uma raça sobre a outra (SILVA; PALUDO, 2011). Sobre raça observamos que, mesmo, que haja estudos que tentam retirá-la do centro do debate, é necessário situar que esta discussão foi ressignificada pelas organizações do Movimento Negro, no sentido de retirar seu sentido biológico, colocando-o como construção racial que pretende problematizar as relações raciais existente na sociedade (GOMES, 2018). Assim como, observa-se que este movimento traz para a educação proposições (LIMA, 2021) para o enfrentamento do racismo.

Cavalleiro (2000) reforça que no interior das instituições de Educação Infantil, são inúmeras as situações nas quais as crianças negras desde pequenas são alvo de atitudes preconceituosas e racistas por parte tanto dos profissionais da educação quanto dos próprios colegas e seus familiares. Fato que leva com que a discriminação vivenciada cotidianamente comprometa a socialização e interação entre os diferentes atores/as desta relação. Com isso, atingindo de maneira diferentes as crianças negras quanto as brancas, mas, notadamente, produzem maiores prejuízos e desigualdades para as crianças negras, à medida que interfere nos seus processos de constituição de identidade, de socialização e de aprendizagem. No dizer de Oliveira (2015, p. 30), esta situação acarreta que: “[...] as crianças brancas manifestaram um sentimento de superioridade e, em algumas situações, atitudes carregadas de preconceito. Nessas situações, o silêncio dos professores possibilitava novas ocorrências”, sendo, portanto, necessário ações para seu enfrentamento. Assim, essas autoras argumentam que a escola e seus agentes, os profissionais da educação em geral, têm demonstrado omissão quanto ao dever de respeitar a diversidade racial e reconhecer com dignidade as crianças negras como sujeitos de atenção e cuidado. Mais do que isto, reconhecer que o preconceito e a discriminação raciais constituem um problema, e assim, ser um dos primeiros passos para superar as injustiças que recaem sobre a criança negra.

Procedimentos para análise

Como discutido anteriormente, por conta do calendário acadêmico e da emergência ainda da pandemia de covid, para colhermos os dados sobre o estudo, ao invés de entrevistas semiestruturadas, foi priorizado a elaboração de um questionário contendo 10 perguntas de múltiplas escolhas. Conforme dados levantados junto a Unilab, tem-se como quantitativo de professores das escolas de Acarape-CE e Redenção-CE referente à Educação Infantil em 2022 o total de 137 professores/as. Tem-se o desejo de atingir um público mínimo de dez por cento destes profissionais. Assim, os conteúdos das questões vão da formação inicial e continuada até as possibilidades de práticas desenvolvidas ou não pelos educadores/as da educação infantil, nas cidades de Redenção e Acarape, ainda em fase de execução.

Porém, para a realização deste instrumento de pesquisa, tomamos como referência além das leituras, uma componente curricular dentro do curso de pedagogia da Unilab, Filosofia da ancestralidade e educação. O debate se deu com os estudantes matriculados, sendo que alguns já atuam como professores/as na educação pública e privada, no sentido de indicar as questões que poderiam ser trazidas para a enquete junto aos educadores/as da região. Para tanto, utilizamos o vídeo “Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil”, realizado pelo canal Salto para o Futuro, em 2015. O conteúdo do vídeo traz entrevistas com três educadoras e conta com a participação de professores/as de todo o Brasil sobre o este tema, indagando sobre as possibilidades de ações e políticas voltadas para esta modalidade.

Assim, uma das primeiras questões colocadas pelos estudantes da componente, especialmente pelos que atuam como professores/as, foi o posicionamento de uma das participantes externa ao debate, que declarou que não deveria ser tratado sobre o racismo com as crianças, pois na consideração dela isto reforçaria o preconceito, e indagando um posicionamento das entrevistadas. Sobre isto, Brandão e Trindade (2010) defendem que: “[...] o espaço da educação infantil como qualquer outro espaço educativo é privilegiado para trabalhar diferentes temas com as crianças, respeitando-se seu nível de amadurecimento, utilizando-se de diferentes estratégias para a afirmação das diferenças, inclusive raciais”.

De fato, tal debate aparece como um de nossas indagações na pesquisa. Outra questão que aparece de forma constante no debate diz respeito a formação inicial e continuada dos educadores/as sobre o tema. Muitos professores/as externos levantaram este tema e indicaram dificuldades para este trato, em função da ausência de uma política dentro de suas realidades, como coloca as diretrizes para as relações étnico-raciais (BRASIL, 2006, p. 39), onde: “[...] a dimensão do cuidar e educar deve ser ampliada e embasados e incorporada no processo de formação dos profissionais que atuam na Educação Infantil, o que significa recuperar ou construir princípios para os cuidados embasados em valores éticos, nos quais atitudes racistas e preconceituosas não podem ser admitidas”. Outra questão diz respeito a relação escola e família, onde no vídeo se faz indagações a como estabelecer esta relação de uma maneira a respeitar sua condição social, cultural e racial.

O debate girou a respeito da necessidade de que tanto as educadoras quanto as crianças e seus familiares tenham acesso aos conhecimentos que explicam a existência das diferentes características físicas das pessoas, os diferentes tons de cor da pele, as diferentes texturas dos cabelos e formato do nariz, buscando valorizar tais diversidades.

CONCLUSÕES

Ao longo da apresentação do estudo consideramos importante situar a dimensão teórico-metodológica que subsidia a pesquisa, que ainda está em fase em estruturar as questões demandadas pelo questionário, dirigido aos profissionais da educação infantil de Redenção e Acarape. De qualquer forma, consideramos um exercício científico fundamental para nossa formação como educadores/as, pois o ensino infantil tornou-se importante para a educação, como possibilidade de superar não apenas a perspectiva assistencialista, mas que leve em consideração a dimensão social, cultural e religiosa de cada indivíduo para um ensino significativo. Pensamos urgente trazer debates contemporâneos como o racismo e as formas que ele assume na sociedade, onde consideramos ser possível que seja debatido já com os pequenos, a exemplo do vídeo que serviu de referência para este estudo, respeitando-se sua faixa etária. Este exercício pode, em nossa consideração, trazer estímulos para a compreensão de uma realidade dura que recaem ainda sobre as crianças negras, por outro lado, possibilitando a todas as crianças habilidades e aprendizados, que possa torná-las adultos mais crítico, compreendendo as belezas, mas também os limites do mundo em que vivemos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Funcap pelo financiamento da pesquisa intitulada **RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS**, executada entre 01/10/2021 a 31/08/2022 e, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (BICT). Agradeço também ao Prof.Dr. Ivan Costa Lima pela orientação da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Ana Paula; TRINDADE, Azoilda Loretto da. **Modos de brincar: caderno de atividades, saberes e fazeres**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mXUnZw539E4>. Acesso em: 24/08/2022.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de história e Cultura AfroBrasileira e Africana**. Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Fundamental. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elisa P. da Silva (Org.). **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. Editora Contexto, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane. O Processo de Socialização na Educação infantil: A Construção do Silêncio e da Submissão. **Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum.**, São Paulo, 9(2), 1999.

CAMPOS, Leonardo Lacerda; SORIANO, Raissa Santos. Práticas educativas no combate ao racismo:

discutindo estratégias para a Educação Infantil. **Revista Com Censo** #25, volume 8, número 2, maio de 2021.

ESTEBAN, Maria Paz. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições**. Porto Alegre: AMGH, 2010.